

Introdução

Esta dissertação apresenta uma investigação sobre o tema do ato no ensino de Jacques Lacan. Em termos gerais, o que se oferece aqui é uma análise interpretativa das figuras da passagem ao ato e do *acting out*, classificadas por alguns comentadores como “modalidades” ou “formas” de ato, elaboradas por Lacan no seminário *A Angústia*, de 1962-63, assim como a tentativa de uma delimitação tão precisa quanto possível do conceito de ato propriamente dito, com o qual Lacan anda às voltas no Seminário intitulado *O Ato Psicanalítico*, de 1967-68.

Nosso interesse por esse tema tem origem no exercício da clínica psicanalítica em um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A prática clínica nessa instituição tem nos mostrado que atos impetuosos, impulsivos e “não sem” conseqüências para o sujeito, realizados ou iminentes, têm sido o motivo mais freqüente da busca de atendimento por parte do policial. Todo um conjunto de dificuldades e interrogações a respeito do “estatuto” do ato, de sua diferença em relação à ação policial, da distinção entre suas formas de realização, do manejo clínico exigido em cada caso foi suscitado por essa constatação clínica, que assim conduziu a realizar a presente pesquisa.

Na obra de Freud, apesar da reconhecida ausência de teorização explícita sobre o tema¹, o ato se faz presente essencialmente segundo duas vias de abordagem². A primeira, no início de sua teoria, quando são elaboradas, na cena do cotidiano, as noções de ato falho e ato sintomático como atos interpretáveis³. A posição de Freud aqui é a de que todos os atos possuem um sentido, um propósito, ainda que pareçam não passar de movimentos sem significação. O que se torna explícito com Freud, e será sublinhado por Lacan, é que os atos são constituídos pela dimensão significante, vale dizer, são orientados por coordenadas simbólicas da linguagem⁴.

¹ Cf. Barros, 2005: 67.

² A esse respeito, cf. Brodsky, 2004: 12.

³ Em *A Psicopatologia da Vida Cotidiana*, texto de 1901 que, juntamente com *A interpretação dos Sonhos* (1900) e *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente* (1905) difunde a idéia de que as formações do inconsciente – atos falhos, sonhos, chistes, sintomas – são interpretáveis.

⁴ Cf. Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67.

A segunda via no legado freudiano para a questão do ato é aberta com *Recordar, Repetir e Elaborar* (1914). Nesse texto, o “agir” é abordado por Freud em oposição à rememoração: aquilo que não é rememorado pelo sujeito, é reproduzido como ação⁵. Todavia, com o mesmo termo *Agieren*⁶ é designado tanto o que é repetido e atualizado na transferência quanto a ação motora não necessariamente implicada na transferência. De acordo com a perspectiva traçada nesse artigo, a repetição agiria como resistência em ato no desenrolar do processo analítico. As táticas adotadas pelo analista numa tal situação, segundo Freud, orientam-se no sentido de possibilitar que o paciente mantenha na esfera psíquica todos os impulsos que gostaria de dirigir para a esfera motora. Pela via da transferência, o tratamento seria “capaz de impedir o paciente de executar algumas das ações repetitivas mais importantes e utilizar sua intenção de assim proceder, *in statu nascendi*, como material para o trabalho terapêutico” (Freud, 1990 [1914]: 200). Contudo, com a cunhagem do conceito de pulsão de morte em *Além do Princípio do Prazer* (1920), essa oposição se mostra insuficiente. Freud constata que a resistência se mantém com a rememoração e que o lembrar não suprime o repetir. A repetição passa a ser concebida, então, na alçada da pulsão de morte.

O que encontramos na leitura lacaniana de Freud em relação ao tema do ato é um privilégio conferido ao ato falho. Segundo Allouch, Lacan subscreve às conquistas de Freud, em primeiro lugar, quanto ao que se pode chamar de caráter constitutivamente falho de todo ato, e em segundo, quanto à tese de que “o ato apresenta uma face significativa, ele é um modo do dizer” (Allouch, 1997: 340). Nos termos do próprio Lacan: “Foi no campo analítico, a saber, a propósito do ato falho, que surgiu que justamente um ato que se apresenta como falho, seja um ato, e unicamente pelo fato de que é significativo” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

Essas concepções herdadas e apropriadas só confirmam o sentido de uma desconfiança em relação à tão difundida – e não apenas fora do campo psicanalítico – disjunção de linguagem e ato⁷, ou de fala e passagem ao ato,

⁵ Cf. Freud, 1990 [1914]: 196.

⁶ Na edição inglesa esse termo foi traduzido por *acting out* e na edição brasileira por atuação.

⁷ A esse respeito, Ana Maria Rudge defende a idéia, da qual compartilhamos, de que o discurso freudiano não sustenta “uma dicotomia entre ato e linguagem; pelo contrário, permite superá-la” (Rudge, 1998: 118).

expressa com eloquência na fórmula “falha a fala, fala a bala”⁸. Se não se pode tomar o ato, a passagem ao ato e, mesmo a violência, fora da linguagem, tampouco pode soar apropriado que fala e bala constituam os termos de uma disjunção. Uma vez que a fala falha, pode até haver o ato, mas o ato não se constitui como um outro registro, fora da linguagem. Antes disso, veremos que o *acting out*, a passagem ao ato e o ato são elementos de linguagem.

Diferentemente da obra de Freud, no ensino de Lacan o conceito de ato é explicitamente teorizado. Acreditamos poder identificar, no conjunto de seu ensino, o que chamaremos de um conceito *lato* e um conceito *stricto* de ato. De um lado, Lacan parece se referir ao ato como a um conceito genérico, isto é, a um conjunto determinado de notas características ao qual estão subordinadas, ou sob o qual estão subsumidas, suas “espécies” clínicas. É isso que parece autorizar certos intérpretes a considerar a passagem ao ato e o *acting out* como “modalidades de ato” (Vidal, 1993: 220), ou ainda como “formas de ato” (Brodsky, 2004: 105). Essa interpretação encontra apoio textual notadamente na expressão “gama” do ato empregada por Lacan⁹. Além desse conceito lato de ato indicando o conjunto de notas que subsume uma “gama” de particulares, deparamos com uma acepção estrita do ato. Num determinado momento do *Resumo do Seminário de 1967-68*, Lacan usa a expressão “ato (puro e simples)” com o fim de designar aquilo sobre o que “o ato psicanalítico parece apropriado a reverberar com mais luz”(Lacan, 2003 [1967-68]: 371). Esse “ato puro e simples” ora aparece como o conceito genérico de ato, ora como a designação de um ou um grupo específico de atos, que podem ser concretamente identificados e reconhecidos (subsumidos) por um conceito genérico e lato de ato. Um exemplo desse ato puro e simples em sentido estrito é a citada travessia do rio Rubicão por César. Ora, essa travessia é um ato em dois sentidos: no lato, na medida em que apresenta *todas* as características do conceito genérico; no estrito, na medida em que apresenta *apenas* essas características, mais nenhuma. Ela é ato *stricto sensu* por sua observância completa e exclusiva do conceito geral, o que não acontece nem com a passagem ao ato, nem com o *acting out* e, controversamente, nem com o ato analítico. Nos três últimos casos, estamos às voltas com “atos” (conceito

⁸ Essa frase de Paulo Lins consta no texto de José César Coimbra como epígrafe. Cf. Coimbra, 2003: 93.

⁹ Cf. Lacan, 1967-68, lição de 15/11/68.

lato) que não são “puros e simples” porque além das notas do conceito geral, apresentam outras que os especificam. O importante aqui é deixar claro que quando se afirma que passagem ao ato e ato analítico são atos (conceito lato), não se está identificando-os com as instâncias reais do ato puro e simples (conceito estrito).

Veremos oportunamente de que modo o conceito de ato analítico curiosamente transita entre essas duas acepções, e que não podemos deixar de constatar uma interessante ambigüidade na afirmação de Lacan de que “o ato psicanalítico parece apropriado a reverberar com mais luz sobre o ato”. Por um lado, o conceito de ato analítico evidentemente não pode ser considerado equivalente ao conceito lato de ato, portanto, como um termo genérico para *acting out*, passagem ao ato, etc. Prova disso é que não faz sentido, no contexto do pensamento lacaniano, a afirmação de que passagem ao ato e *acting out* são atos analíticos, embora faça sentido afirmar que eles são atos. Por outro lado, a “reverberação” a que se refere Lacan na passagem citada parece sugerir que passagem ao ato e *acting out*, é bem verdade, não são ato analítico porque este último não pode se livrar completamente da característica adicional que o diferencia do ato puro e simples, notadamente, a característica de apresentar a passagem do sujeito à condição de analista. Ocorre entretanto que, em nossa leitura, essa característica adicional inalienável que, por acréscimo, distingue o ato analítico do ato em seu conceito lato não é, a rigor, um elemento heterogêneo mas sim um comportamento afirmativo do sujeito. Se são características do ato poder significativo, corte subjetivo, instauração do novo, mutação do sujeito, etc., são características do ato analítico todas essas mas somente na medida em que elas são assimiladas, assumidas e afirmadas pelo sujeito agente que no movimento dessa afirmação passa de analisando a analista. Ora, o acréscimo como atitude subjetiva da afirmação distingue, é bem verdade, o ato analítico do ato (conceito genérico) mas essa distinção não deixa de trazer a marca de uma máxima proximidade, ou se quisermos, de uma “luminosa reverberação” que “nos permite trazer alguma luz sobre o que é do ato” (Lacan, 1967-68, lição de 20/03/68).

Esses esclarecimentos terminológicos e conceituais são importantes na medida em que pretendemos identificar o lugar da passagem ao ato em relação ao ato em sua acepção genérica e às suas demais formas específicas, para o que é indispensável poder empregar as expressões “formas de ato” e “modalidades de

ato” sem ambigüidades. Procuraremos defender a possibilidade de uma aproximação clínica entre a passagem ao ato e o ato psicanalítico como formas de ato a partir da noção de “falha”.

Discutiremos a questão do ato no ensino de Lacan, concentrando a atenção, primeiramente, em suas formas específicas denominadas passagem ao ato e *acting out* e expostas no Seminário X, *A Angústia* (1962-63). Até esse seminário, não encontramos nenhuma referência de Lacan justapondo esses dois termos. O que se observa é uma ocorrência muito mais freqüente do tema do *acting out* do que do da passagem ao ato, que parece ganhar uma elaboração mais precisa em 1962.

Seguindo o fio do seminário X, veremos que essas formas de ato passam a ser articuladas a partir dos conceitos de objeto *a* e angústia. Entre a angústia e esse binômio clínico há, como mostraremos, um objeto *a* a ser considerado e uma relação de causa a ser investigada. O movimento de transformação do percurso teórico de Lacan acionado pela formalização do conceito de objeto *a* é o mesmo em que se observará uma delimitação precisa do alcance de cada um desses termos: passagem ao ato e *acting out* são formas distintas de se lidar com o objeto *a*, o objeto que é causa de desejo e desencadeador de angústia. Da angústia ao ato há, portanto, um caminho de investigação a ser percorrido aqui.

Procuraremos demonstrar que esse binômio clínico diz algo a respeito da estrutura do sujeito. Da mesma forma que deve ser “extraído” do Outro um objeto - o *a*, assim designado por Lacan - como condição necessária da constituição do sujeito, passagem ao ato e *acting out* indicam, cada um de um modo, que um objeto precisa ser extraído do Outro também para o sujeito não sucumbir. Veremos que o objeto *a* é aquele que “não pode” aparecer, sob pena de apagar a possibilidade do sujeito. Mas, se ele tende a aparecer, passagem ao ato e *acting out* são duas saídas para o sujeito, dois recursos que a linguagem lhe oferece, diante da angústia *a* mais¹⁰.

Tendo descrito os mecanismos de ação da passagem ao ato e do *acting out*, procuraremos incluí-los no contexto da discussão mais ampla a respeito do conceito de ato, desenvolvida no décimo quinto seminário de Lacan, *O Ato*

¹⁰ A respeito da expressão “angústia *a* mais”, cf. Souza, 2005: 24.

Psicanalítico. É no contexto dessa discussão que passaremos a concentrar nossa atenção mais especificamente no tema da passagem ao ato. Isso por dois motivos.

O primeiro é uma razoavelmente difundida pré-compreensão pouco cuidadosa de que a passagem ao ato é o pior que pode acontecer no curso do tratamento, ou mesmo que é uma figura típica da psicose, em oposição ao *acting out*, que seria uma encenação eminentemente neurótica. Acreditamos conveniente trabalhar no sentido de evitar que essa oposição – de um lado a passagem ao ato violenta, destrutiva, psicótica; de outro, o *acting out* “mais simbólico” e circunscrito à neurose – assuma o papel de um *parti pris*. Como veremos, o texto de Lacan não dá margem para esse tipo de leitura.

O segundo motivo que nos leva a conceder mais atenção ao conceito de passagem ao ato do que ao de *acting out* é fundamentalmente clínico. Temos constatado, a partir da clínica na Polícia Militar, que a passagem ao ato (definida como tal após sua realização) é, muito freqüentemente, a via pela qual o sujeito chega ao tratamento. Ela ocorre no “vestíbulo” da análise e, muitas vezes, determina o seu começo. Interessa-nos pensar, então, de que forma a passagem ao ato, uma vez realizada e identificada como tal, ou mesmo na iminência de se realizar, pode ser “tratada” no encontro do sujeito com o analista. Essa é essencialmente a mola propulsora desta dissertação e o ponto para o qual pretendemos propor algum encaminhamento até o final dela.

A leitura que realizamos do seminário XV, *O Ato Psicanalítico*, orientará nosso percurso que parte dessa questão clínica e a ela quer retornar. Julgamos poder extrair desse seminário algumas teses fortes a respeito do ato que, ao diferenciá-lo da mera ação, lhe atribuem o poder de produzir uma mutação no sujeito a partir da ruptura que efetua e o traço característico de uma falha constitutiva - exceto no logro do suicídio – em seu direcionamento à ruptura absoluta. Essas concepções são válidas tanto para o ato analítico, que Lacan aproxima particularmente do conceito genérico de ato – pelos motivos que mencionamos acima - quanto para a passagem ao ato que, como “forma” de ato, comunga com eles dessas características gerais.

A distinção entre ato analítico e passagem ao ato deverá ser buscada na relação de ambos com o saber. Como veremos, é na forma como se opõe ao saber, e não à linguagem e à fala, que a passagem ao ato se diferencia do ato e do ato analítico. Tentaremos mostrar que é comprometida com uma negação da

impossibilidade de um saber absoluto, impossibilidade atestada no ato analítico, que a passagem ao ato acaba sempre comprometida com a afirmação da crença no saber. Nesse sentido, a passagem ao ato aponta para o apartamento entre o sujeito e sua verdade e tende a relançá-lo na busca cega de um saber suposto. O ponto decisivo a ser demonstrado é que existe nesse caso uma “passagem” teórico-clínica decisiva a ser explorada: se de fato toda passagem ao ato é em algum sentido constitutivamente falha, a clínica pode se empenhar por fazer aparecer essa falha, que, como falha constitutiva da afirmação do saber suposto (como vimos, pela via da negação de sua impossibilidade), não deixa de trazer consigo algo da dimensão da verdade do sujeito. Como a verdade do sujeito se localiza no que é, para ele, o objeto *a*, tentaremos mostrar que a “passagem ao ato falha” faz com que a verdade do objeto *a* seja revelada.

Com o objetivo de dar conta de nossa questão, pareceu-nos conveniente dividir este trabalho em quatro capítulos.

O primeiro capítulo se dedica, fundamentalmente, à investigação do conceito de objeto *a* no seminário *A Angústia* (1962-63). Considerando que esse conceito, formalizado por Lacan nesse seminário, possibilita uma inédita abordagem da passagem ao ato e do *acting out*, temos o propósito de acompanhar aqui o desenvolvimento da concepção lacaniana do objeto *a* como causa de desejo e desencadeador de angústia. De início, indicamos e comentamos as principais referências de Lacan à passagem ao ato e ao *acting out* que antecedem o seminário X. Em seguida, no contexto da apresentação do objeto *a* como o objeto causa de desejo, abordamos o processo de constituição do sujeito no Outro, tanto pelo esquema da divisão apresentado nesse seminário, quanto pelas operações de alienação e separação, formuladas em *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* (1964), tendo em vista que é desse processo que o objeto *a* é deduzido. Chegamos assim à concepção lacaniana de angústia que, como veremos, se acha intimamente conectada com o conceito do objeto *a*. O caso clínico que fecha esse capítulo pretende fornecer uma confirmação do modo como o objeto *a*, em sua presença, provoca angústia e coloca em risco o movimento do circuito do desejo.

Conquistados os conceitos de objeto *a* e angústia, procuramos mostrar no segundo capítulo, a partir do quadro que Lacan propõe logo na primeira lição do seminário X, que a passagem ao ato e o *acting out* se constituem como saídas

possíveis para o sujeito no momento em que o objeto *a* surge em sua angustiante presença. Inicialmente, exploramos os termos desse quadro no interesse de deslindar as coordenadas que dão origem à passagem ao ato e ao *acting out*. Vemos que o quadro da angústia pode ser tomado como uma delimitação do campo subjetivo, como a cena do mundo de cada sujeito. Assim, precisamos trabalhar o conceito de cena aí desenvolvido por Lacan. É o que fazemos em seguida e antes de descrever o funcionamento de cada uma dessas formas de ato. Por último, à luz do quadro da angústia já elaborado, procuramos articular angústia e passagem ao ato a partir do caso paradigmático de Lacan que não poderia deixar de ser abordado em nossa pesquisa: o caso Aimée.

Podemos dizer que no terceiro capítulo o título desta dissertação começa a ganhar sentido. Depois de apresentar e desenvolver o que chamamos de cinco teses fundamentais de Lacan a respeito do ato, extraídas de nossa leitura de *O Ato Psicanalítico*, propomos uma relação entre o caráter necessariamente falho de toda passagem ao ato que não alcança o “êxito” do suicídio e o tratamento analítico. Vemos nesse capítulo o que aproxima e distingue a passagem ao ato do ato analítico. Desse modo, aproximamo-nos aos poucos da “passagem ao ato falha”, a ser compreendida como a falha do ato que aponta para a irrupção da verdade do objeto *a*. Por fim, servimo-nos da casuística para alguma confirmação das conquistas do capítulo.

O último capítulo é dedicado ao campo da fala e da linguagem na Polícia Militar. Em primeiro, procedemos a uma exposição do processo de constituição, dos impasses e das transformações dessa prática clínica que suscitou nosso interesse pelo tema do ato. Em seguida, propomos de forma um tanto livre algumas indicações que podem vir a servir de base para uma reflexão oportunamente mais detida acerca da clínica numa instituição com as características da Polícia Militar, inscrita num tempo histórico com as características do nosso. A partir de uma diferenciação entre perigo interno e perigo externo e de uma articulação entre ideal do eu e objeto *a*, procuramos demonstrar que, não raro, a arbitrariedade na aplicação do regulamento policial militar produz um efeito de contingência que remete esses sujeitos ao encontro com o objeto *a* e com a angústia. Finalmente, levantamos algumas hipóteses a respeito da relação nesses sujeitos entre angústia e ato e a situação corporativa em que eles se encontram. A partir da psicanálise de Freud e de Lacan, autorizamo-

nos a conjugar, sob a rubrica da psicanálise aplicada, o tema do ato com a clínica nessa instituição militar. As diversas e relevantes experiências de psicanalistas que, cada vez mais, atuam em diferentes instituições, nos servem como uma boa indicação de que a psicanálise se inscreve na epistemologia da transformação, sem que isso implique degradação dos seus princípios.